

LEI COMPLEMENTAR Nº 18/2009

Data : 17 de agosto de 2009.

Súmula: Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades de desenvolver as ações dos Programas Sociais, instituídos pelo Governo Federal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Para atender as necessidades de desenvolver as ações dos Programas Sociais, instituídos pelo Governo Federal, principalmente para cadastramento e atualização de dados no Cadastro Único da Secretaria Municipal de Ação Social de Bandeirantes(PR), fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a contratação de 05 (cinco) pessoas, por prazo determinado nas condições e prazo desta Lei, com recursos do IGD – Índice de Gestão Descentralizada, liberados pelo Governo Federal.

Art. 2º - As contratações serão feitas observando o prazo máximo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogadas por igual período.

Art. 3º - O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei estará sujeito a ampla divulgação, prescindindo de teste seletivo.

Art. 4º - A remuneração será fixada e o pagamento do pessoal contratado nos termos desta Lei será realizado, com base em transferência de recursos financeiros do IGD – Índice de Gestão Descentralizada, liberados pelo Governo Federal.

Art. 5º - Fica proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo Único – Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos na conformidade do artigo 4º desta Lei.

Art. 6º - Fica vedado ao pessoal contratado nos termos desta Lei:

- I) – receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II) – ser nomeado, designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo ou função de confiança.

Parágrafo Único – A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades que lhe deram causa.

Art. 7º - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 dias, assegurada ampla defesa.

Art. 8º - O contrato firmado nos termos desta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:

- I- pelo término do prazo contratual;
- II- por iniciativa do contratado;
- III- pela execução total antecipada das atividades dos Programas Sociais) pelo Governo Federal;
- IV – pela cessação de recursos do IGD – Índice de Gestão Descentralizada.

Parágrafo Único – A extinção do contrato no caso do inciso II deste artigo será comunicado com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 9º - O tempo de serviço prestado nos termos desta Lei será computado para todos os efeitos legais.

Art. 10 - Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2009.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal